

# Trajetórias entre uma maternidade deslegitimada e um aborto ilegal<sup>1</sup>

Mariana Taranto Reynier de Abreu – PPGA/UFF

**Palavras chaves:** Hierarquias reprodutivas, maternidade e aborto.

## **Introdução:**

Este artigo é resultado da pesquisa para a minha dissertação<sup>2</sup> de mestrado, ainda em andamento, que analisa o aborto provocado no Brasil a partir das narrativas de mulheres sobre suas experiências abortivas, dentro de um contexto de clandestinidade. Possui o objetivo de investigar a relação entre a existência de “ideais de maternidade e gestação” e a ilegalidade do aborto no Brasil<sup>3</sup>, com a criação de um paradoxo que restringe os direitos reprodutivos, em especial, os das mulheres aqui entrevistadas.

Tal associação apareceu a partir da realização de entrevistas de profundidade com dez interlocutoras que tiveram experiências com aborto induzido, totalizando dez abortos realizados e uma tentativa. Como também, através de pesquisa bibliográfica sobre o tema do aborto e maternidade na produção antropológica e outros campos como a psicologia, comunicação e saúde. Inicialmente, houve grande dificuldade para conseguir interlocutoras, revelando indícios, reforçados pelas entrevistas e a bibliografia sobre o tema, do silêncio em torno do assunto (MOTTA, 2008).

A pesquisa e a necessidade de interlocutoras foram divulgadas no grupo de e-mail e *WhatsApp* dos discentes do Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade Federal Fluminense (UFF), no qual se insere essa pesquisa, e por meio de redes de sociabilidade informais, como grupos no *WhatsApp* de mulheres para troca de indicações, grupos de amigas da faculdade e da ONG em que a pesquisadora atuou como

---

<sup>1</sup> Trabalho apresentado na 33ª Reunião Brasileira de Antropologia, realizada entre os dias 28 de agosto a 03 de setembro de 2022.

<sup>2</sup> A dissertação está sendo desenvolvida com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001

<sup>3</sup> No Brasil o aborto induzido é considerado crime. Expresso nos artigos do código penal: 124, provocar aborto em si mesma ou consentir com ele; 125, provocar aborto sem consentimento da gestante, 126, provocar o aborto com consentimento da gestante e o artigo 127 que prevê aumento das penas quando o ato de abortamento provocado por terceiros, resultar lesão corporal grave ou morte da gestante. O artigo 128 prevê os casos excepcionais em que o aborto é legal: casos de gestação decorrente de estupro e quando a gravidez representa risco de vida para a gestante (ROCHA, 2016). Em 2012, um permissivo legal é adicionado à legislação penal e a anencefalia fetal passa a ser o terceiro caso em que a interrupção voluntária da gravidez é permitida (VIANA, 2015).

voluntária. Além da utilização da técnica da “bola de neve”, através de indicações de pessoas que sabiam ou já haviam participado da pesquisa.

Como resultado, as interlocutoras desta pesquisa possuem um perfil específico de mulheres de maioria branca, de classe média e inseridas na educação formal, pois, a divulgação por dentro dos canais de comunicação do PPGA-UFF, fez com que a maior parte das pessoas alcançadas tivessem alguma relação com a academia. Além disso, as redes de sociabilidade informais refletem o perfil da autora, que compartilha muitas das características socioeconômicas das interlocutoras. Nesse sentido, o presente trabalho foca nesse recorte de experiências e representações sobre a maternidade que certamente, como será analisado mais adiante, difere de outros.

A fim de me manter o mais próxima possível da narrativa das mulheres, as entrevistas possuíam formato semiestruturado, seguindo o fluxo narrativo das próprias interlocutoras. Porém, tópicos importantes para a pesquisa foram elencados previamente às entrevistas, como: relações familiares e conjugais, motivações, métodos, religiosidade, vivência em si, moralidade envolvida e experiência no sistema de saúde se houver. Assim, quando não apareceram ao longo da narrativa livre da autora, foram elaborados na forma de perguntas estruturadas.

Ademais, foram feitas perguntas socioeconômicas como forma de identificar a classe, raça, idade, escolaridade e religião, entre outras características. As mulheres entrevistadas se identificam como brancas (8) e pardas (2), de classe média, com idades muito variadas, entre 23 e 60 anos<sup>4</sup>, residentes do Rio de Janeiro (8), São Paulo (1) e Maranhão (1). Todas possuem ensino superior completo, sendo que quatro são pós-graduadas. Entre as três que são mães, duas já o eram antes da experiência abortiva. Das três que são casadas atualmente, apenas uma era casada na época, apesar de duas morarem com os progenitores.

As entrevistas rememoram as experiências de abortos realizados em diferentes temporalidades, tendo ocorrido entre 3 anos e 33 anos atrás, quando essas mulheres tinham entre 15 e 43 anos<sup>5</sup>. Ao considerar como importante dado de análise não só o

---

<sup>4</sup> A idade aqui considerada é a das interlocutoras no momento da entrevista, que foram realizadas entre setembro de 2021 e junho de 2022.

<sup>5</sup> A diversidade na idade das interlocutoras, tanto no momento da pesquisa quanto no momento da experiência abortiva, reforça a conclusão da PNA 2016 que “É possível observar que o aborto no Brasil é comum e ocorreu com frequência entre mulheres comuns, isto é, foi realizado por mulheres: a) de todas as

conteúdo da narrativa, mas sua forma, a distância temporal da experiência retratada se torna fator importante, interferindo na memória resgatada (PEDRO e Verson, 2012)

### **“Eu não me sentia preparada”: a relação entre a existência de um ideal de gestação e maternidade e a decisão pela interrupção da gravidez**

Nas entrevistas, apesar da diversidade das motivações relatadas para a decisão de abortar, chamou a atenção as que se repetiram com certa frequência. Entre os motivos que mais apareceram estão, a idade, relacionamento ruim ou instável com o reprodutor homem, instabilidade financeira, vida profissional desfavorável, o objetivo de terminar o ensino superior, falta de desejo de ser mãe no momento e receio do julgamento que sofreria perante a sociedade. Como apresenta a fala de Ana, residente do Rio de Janeiro, 25 anos, 20 anos na época, branca, de classe média, com ensino superior completo, um aborto, sem filhos e sem religião definida:

Acho que eu decidi por fazer o aborto pela idade e por todos os meus planos, de terminar a faculdade, fazer um mochilão, conseguir um emprego bem remunerado, que seria tão mais difícil com uma criança, não me via sendo mãe de ninguém naquele momento, não tinha maturidade para cuidar de ninguém. Também por não ter a menor intimidade e confiança com o Manoel, não queria dividir um filho com ele, talvez se fosse um namorado seria diferente, não sei.

Também ao discorrer sobre possíveis motivos para ter realizado o aborto, Elisa, residente da cidade de São Paulo, 28 anos, branca, de classe média, com ensino superior completo, um aborto, sem filhos e sem religião definida, expressou:

Assim, eu não me sentia preparada, eu tinha aquela coisa do tipo, cara eu tenho só 19 anos de idade, eu ainda tenho muita coisa para viver, e acho que eu também tava em um relacionamento ruim e eu não me sentia preparada para ser mãe solo. Eu não tinha estabilidade financeira nenhuma, eu ainda dependia financeiramente dos meus pais, inclusive fui deixar de depender financeiramente dos meus pais muito depois disso aí, então eu ainda tinha muita coisa para viver. Eu tinha acabado de sair da minha adolescência, eu não me sentia nem um pouco preparada para ser mãe.

Diante de tal explicação surgiu o questionamento: o que é estar preparada para ser mãe? Segundo o conjunto das narrativas das mulheres entrevistadas, a maternidade ideal inclui possuir um relacionamento longo e estável com o pai, ter estabilidade financeira, uma vida profissional estruturada, equilíbrio emocional, estrutura familiar,

---

idades (ou seja, permanece como um evento frequente na vida reprodutiva de mulheres há muitas décadas);” (PNA, 2016, p. 656).

não ser “muito nova”, mas também não ser “muito velha” e já ter concluído a formação acadêmica.

Tais características são as mesmas apontadas por Diniz e Mattar (2012) ao definir o modelo de “boa maternidade” construído socialmente:

Este padrão traduz-se em um contexto no qual há uma relação estável, entre um casal heterossexual monogâmico branco, adulto, casado e saudável, que conta com recursos financeiros e culturais suficientes para criar “bem” os filhos. É, portanto, claramente um construto social (2012, p. 114).

No entanto, por ser um fenômeno sociocultural, o preceito de maternidade ideal é historicamente, geograficamente e economicamente situado e, portanto, diverso. Há múltiplas influências neste processo, assumindo significados distintos a depender da época, cultura, condição econômica, raça e religião. Assim, é importante destacar que os efeitos da maternidade idealizada afetam de maneiras diferentes as mulheres.

Entre as mulheres entrevistadas, a percepção de se encontrar diante de uma maternidade que não se encaixa no modelo ideal contemporâneo, por não possuir as características “corretas” (ou esperadas) de idade, relacionamento e vida profissional, ou, como resumiu Elisa, “não estar no momento certo da vida para ser mãe”, apareceu como uma das razões para a escolha por abortar.

A existência de um “ideal” tanto de gestação quanto de maternidade é reforçada pelo receio expressado pelas interlocutoras de sofrer discriminação da sociedade caso levassem à frente suas gravidezes, como relata Manuela, residente do Rio de Janeiro 25 anos, 22 anos na época, branca, de classe média, ensino superior completo, um aborto, sem filhos e sem religião definida:

Enfim, minha ansiedade me fez pensar em todos os leques de críticas que podiam fazer de mim e como eu não queria ser vista dessa forma, como irresponsável. Isso aí, tem esse lado também a minha imagem perante a sociedade de uma menina grávida de um namoro merda no meio de uma faculdade, isso pesou bastante, eu não queria isso.

O mesmo receio é expresso também na fala de Maria, residente do Maranhão, 35 anos, 22 anos na época, uma tentativa de aborto<sup>6</sup>, parda, de classe média, com ensino superior completo, dois filhos e se define como cristã:

O cara some, a gente fica com aquela intenção daquela gravidez onde teria uma assistência e já não tem mais. E aí então, eu lembro que eu comprei um anel, desses anéis assim baratinhos e eu ficava utilizando para dar a ideia, a falsa

---

<sup>6</sup> Excepcionalmente, no caso de Maria a tentativa de aborto não deu certo e ela decidiu continuar com a gestação.

ideia a sociedade, a própria comunidade acadêmica, de que eu estava em um relacionamento e já estava de fato até casada e isso era uma verdadeira camuflagem, para esconder tudo isso, dos preconceitos que eram repassados.

Por vezes, este julgamento vem da própria família das entrevistadas, como são os casos de Maria, Viviane e Elisa. Elisa e Viviane, 31 anos, 15 anos na época, branca, de classe média, pós-graduada, residente do Rio de Janeiro, um aborto, sem filhos e sem religião definida, alegam que seus pais - a mãe de Viviane e o pai de Elisa - decidiram que elas iriam abortar antes mesmo de consultarem o que elas desejavam, mas que no final eles “quiseram” a mesma coisa, “Meu pai já tinha decidido por mim que ele ia tirar, olha que doido, mas por sorte a decisão dele foi com a minha”.

Já no caso de Maria, ela queria prosseguir com a gestação, ao passo que, a família dela (o pai e os irmãos - a mãe já havia falecido) dela era contra. Ela relembra as falas do pai, “‘Poxa minha filha estragou o futuro, a carreira acadêmica’ e aí eu fui pressionada por no caso o meu pai”, e os irmãos que completavam, “‘como que pode uma pessoa na universidade e ter esse pensamento de pensar em ter criança numa dificuldade dessa’, então eles viam como uma solução e que eu estava atrasando minha vida”.

Mesmo quando os pais não sabiam da gravidez ou da tentativa de aborto, o receio quanto ao julgamento da família é expressado como parte do processo de decisão, como é possível perceber na fala de Ana:

E também acho que tem o peso de minha mãe sempre ter dito para eu estudar, para não ter filha nova, justamente por querer estudar e ter vários planos, que ela tem para mim, mas que eu também tenho e acho que também tinha medo de decepcionar ela e a minha família, como iria contar para os meus pais que estava grávida com 20 anos?

Assim, entre as interlocutoras que não haviam completado o ensino superior, por vezes, houve a percepção de necessitar escolher entre exercer a maternidade ou prosseguir com os estudos e investir em suas carreiras. Como demonstra Maria em sua fala: “Eu ficava me questionando como que eu iria sustentar a criança, como que eu ia fazer com o meu curso superior, iria atrapalhar toda a minha carreira.” Elisa discorre sobre o mesmo: “Eu penso numa vida acadêmica, numa vida profissional, eu acho que filho de fato faz a gente mudar nossas prioridades e minha prioridade não seria um filho.”

Devido à frequência com que o desejo de “terminar o ensino superior” apareceu como um fator importante para a decisão por um aborto é possível deduzir a percepção, entre as interlocutoras, de que os espaços acadêmicos não são inclusivos para mulheres com filhos. Tal impasse entre a criação de um filho e uma vida acadêmica e profissional,

ocorre porque, em geral, a responsabilidade com os filhos incide muito mais sobre as mulheres do que sobre os homens progenitores, fazendo com que muitas mães precisem se restringir à esfera privada (SCAVONE, 2001).

Com frequência, as mulheres entrevistadas demonstraram possuir (ou construir) um “planejamento” ou “projeto” de vida que inclui completar o ensino superior e integrar-se ao mercado de trabalho. Neste projeto, caso venham exercer a maternidade, esta deve ser planejada antecipadamente. Dessa forma, expressa Beatriz, 25 anos, 21 anos na época, de classe média, branca, um aborto, sem filhos e sem religião definida “Eu acho que eu ainda tô no processo. Tipo, talvez eu não queira ter filho *at all* e se eu quiser, eu quero que seja uma coisa minimamente planejada”

Ao se considerar este projeto de vida, uma gravidez e uma maternidade inesperada se torna um desvio, que para algumas das interlocutoras foi interpretado como um “atraso” ou “estrage” de vida. Sobre isso, expressa Maria “É como você ver toda a sua vida planejada, uma pessoa que cursava duas graduações e, de repente se vê em um relacionamento falido e ainda grávida nesse processo.” Projeto esse que não é (apenas) individual, mas familiar, como demonstram as pressões sofridas por Viviane, Elisa e Maria, e, nesse sentido, também coletivo.

No entanto, a desigualdade social pode produzir projetos diferentes entre distintas camadas sociais. Em outros contextos, como aponta Pantoja (2003) em sua pesquisa com jovens de camadas populares de Belém do Pará, a gravidez pode representar um projeto de vida, pelo que a continuidade dos estudos durante a gestação e a maternidade ganha outro significado, “É fundamentalmente a gravidez/maternidade que propicia a reafirmação dos projetos de ascensão social, atualizando-se no esforço despendido por elas e pela família no sentido da continuidade dos estudos.” (2003, S342).

A maternidade enquanto fenômeno social é marcada por desigualdades sociais (SCAVONE, 2001) e, portanto, transpassada por fatores como raça, classe, idade, orientação e relação sexual, religião e nível de escolaridade. Assim, são criadas hierarquias reprodutivas em que as mulheres que se encontram em maternidades lidas como dissidentes, fora do padrão hegemônico, têm maior possibilidade de sofrer discriminação e menor suporte social.

Há maternidades mais ou menos legitimadas, por parte do Estado, da sociedade e da própria família, de acordo com a proximidade que possui do modelo de “boa

maternidade” construído socialmente. Portanto, o posicionamento na hierarquia reprodutiva determina as possibilidades concretas de escolhas que a mulher possui, ou seja, se trata do direito de escolher ser mãe ou não. Quanto mais distante deste padrão, maior a probabilidade de que a mulher tenha seus direitos violentados e sofra com a discriminação. Com relação a isso, Maria afirma:

Outra questão é entender essa mãe, caso, ela tenha feito algum aborto porque a gente não sabe o que se passa na cabeça de uma pessoa ao realizar o procedimento. Por isso que muitas delas, elas aderem ao aborto criminalizado, porque a sociedade julga, a família julga, ela mesmo se julga pelas questões que podem passar, as transformações físicas e psicológicas.

Destarte, de acordo com ela, o “aborto criminalizado” pode ser realizado devido à julgamentos sociais e pessoais. Durante as entrevistas, por vezes, este julgamento apareceu atribuído às características dissidentes do “padrão de boa mãe”, assim, levanto à hipótese de, por vezes, haver uma relação, entre a existência de um ideal de gestação e maternidade e a interrupção provocada da gravidez. E isso vale tanto para o caso de esse ideal ser expressado através da concepção da própria interlocutora quanto por meio de pressão externa, com discriminação direta e/ou falta de suporte social.

#### **“O pior é ser ilegal”: os efeitos da criminalização do aborto nos itinerários abortivos das mulheres entrevistadas**

No entanto, a mesma sociedade condena moralmente e criminaliza a interrupção induzida da gravidez. Muitas vezes, essa criminalização não impede que as mulheres façam abortos, como no caso das mulheres entrevistadas nesta pesquisa, mas torna as trajetórias abortivas mais tortuosas, como demonstrado nas narrativas delas. Tudo isso provoca a impossibilidade de se falar sobre a experiência, como relata Verônica, 45 anos, 43 na época, um aborto, residente do Rio de Janeiro, branca, de classe média, pós-graduada, com dois filhos agora e na época, sem religião definida e casada:

Então essa sensação que para mim mais pesou, essa coisa de ter que fazer tudo clandestino e, não foi uma questão assim, do fato de fazer um aborto, mas de ter que tudo ser com outra forma de comunicação, escondido, clandestino, que não sabe se vai dar certo, que não vai, então se não dá certo, como fazer (...) eu não sei, eu fiquei com essa sensação assim da experiência de ter feito isso e não poder contar que você está passando por isso tão fácil.

Assim, como o receio de ser criminalizada e, portanto, penalizada, pelo aborto, como demonstra Silvana, 60 anos, 27 anos na época, dois abortos, branca, de classe média, residente do Rio de Janeiro, pós-graduada, com dois filhos, um na época, sem religião definida e divorciada:

Por que eu fiquei abalada? Ah, porque era um aborto né. Primeiro, o medo de ser pega na clínica, muito medo, eu sou aquela que escrevo na testa “estou fazendo merda”, então eu fiquei bem, bem, bem nervosa. A segunda vez foi ainda pior, a segunda vez foi pior de tudo, porque na segunda vez eu fiquei muito nervosa na clínica, eu achei que a polícia ia invadir.

No caso de Aline, 36 anos, 26 anos na época, branca, de classe média, residente do Rio de Janeiro, pós-graduada, um aborto, sem filhos e sem religião definida, além do receio de ser presa, a ilegalidade do aborto no Brasil fez com que a data do procedimento fosse adiada. Ela relata que se dirigiu às proximidades da clínica que fazia abortos clandestinos a fim de esperar para ser levada por algum funcionário para o local onde ocorreria o procedimento, pois o endereço não era informado previamente. No entanto, após duas horas de espera, ela observou que estava ocorrendo uma “batida policial” na clínica, o que motivou o atraso:

A gente foi embora correndo e isso me deixou muito puta, porque uma merda você passar por isso e eu sou uma pessoa meio certinha nessas coisas, ingênuo, certinha ingênuo, eu gosto de seguir a lei (...) Mas é isso, o que me deixa mais puta com relação a essa proibição é eu estar cometendo um crime, um crime que é sério, acho que são cinco anos de prisão, uma parada assim, muito puta com isso. Aí passei por essa questão e foi a única vez eu acho que eu tive um perigo de prisão e não tenho a menor vontade de parar numa prisão no Brasil. É uma coisa que me dá medo, dificilmente eu vou parar, mas essa foi uma situação que eu poderia ter ido presa. Enfim, fiquei muito puta porque não pude realizar aquilo ali e já tava começando a chegar nos 3 meses, né? (...)

Algumas das mulheres que necessitaram de atendimento hospitalar após o aborto provocado, devido a dificuldades no procedimento, relataram a insegurança e o medo de serem denunciadas por funcionários da Saúde. É o que recorda Elisa ao narrar o momento em que foi chamada a uma sala por uma médica, com a orientação de que deveria ir sozinha, para ser questionada se o aborto tinha sido espontâneo ou não:

Mas eu fiquei com muita raiva de ser chamada em uma sala por uma mulher que tentou me colocar contra a parede. E aí eu não ia dizer, eu sabia que era crime, eu sabia, talvez se eu não soubesse teria me lascado, se eu não soubesse que isso podia dar cadeia, e na época já podia. Então foi bem foda, eu fiquei bem triste.

Porém, na mesma ocasião, Elisa reconhece que, apesar do constrangimento durante o atendimento de saúde, sua experiência poderia ser ainda mais difícil caso seu perfil socioeconômico fosse outro:

A minha experiência é muito particular, eu sou uma mulher branca, que sempre teve acesso a várias coisas, tipo, sempre tive plano de saúde na minha vida, então, eu tive muita sorte de lidar com isso, porque a minha experiência podia ter dado alguma coisa muito ruim, mas eu tive assistência na hora. “

Para Natália, 26 anos, 24 na época, parda, classe média, um aborto, sem filhos e sem religião definida, a ilegalidade trouxe uma sensação de culpa por estar fazendo algo

contra a lei, “Na minha cabeça, apesar de eu ser a favor da descriminalização, é errado, sabe? É ilegal. É uma culpa um pouco cristã, não pelo fato de estar fazendo alguma coisa que a religião proíbe, mas eu estava fazendo uma coisa contra lei, sabe?”

Ademais, no conjunto de relatos, a criminalização e/ou a clandestinidade apareceram associadas a sentimentos como medo, raiva, nervosismo, vulnerabilidade e vergonha. Para pelos menos duas das entrevistadas, a clandestinidade foi o aspecto de maior impacto na experiência, como argumenta Verônica: “Já te adiantando: para mim, o que mais pesou foi isso, assim, essa sensação de não poder ser tudo mais aberto, mais claro, legitimado de alguma forma e legalizado”.

Dessa forma, para algumas das mulheres ouvidas nesta pesquisa, se formou um paradoxo restritivo, pois, por um lado não possuíram acesso ao aborto legal e seguro, por outro, não conseguiriam usufruir de uma “maternidade voluntária, segura, socialmente amparada e prazerosa”. Segundo Diniz e Mattar (2012), maternidade voluntária é aquela em que a mulher opta conscientemente por ser mãe, segura e com os direitos garantidos, socialmente amparada e com o suporte do companheiro, da família e do Estado, e não um trabalho individual da mãe e prazerosa, que seja físico e emocionalmente agradável.

### **Considerações finais**

Portanto, ao mesmo tempo que existe uma maternidade compulsória (Diniz e Mattar, 2012), não é toda maternidade que é aceitável. Há a imposição de que a mulher deve ser mãe, pois essa é a sua função social, porém, existem a hora, o momento e o jeito considerados certos de se tornar uma. A escolha das mulheres que foram entrevistadas, muitas vezes ficou entre um aborto considerado ilegal ou uma maternidade deslegitimada, por se distanciar do modelo ideal de maternidade.

De acordo com Diniz e Mattar (2012) tanto a opção por não ser mãe, quanto a possibilidade de ter uma maternidade saudável constituem-se como liberdade reprodutiva e devem ser asseguradas às mulheres. Petchesky (2006) define liberdade reprodutiva como:

A disponibilidade para todas as pessoas de creches e escolas de boa qualidade, moradia decente, apoio social e salários adequados para o sustento de filhos, e assistência à saúde de boa qualidade à gravidez, parto e pós-parto. Significa também liberdade de escolha sexual, o que implica o fim de normas culturais que definem uma mulher em termos de ter filhos e viver com um homem; uma afirmação dos direitos das pessoas de ter filhos fora das famílias convencionais; e a transformação dos arranjos sobre os cuidados com as crianças, de forma que estes sejam compartilhados entre mulheres e homens.

Dessa forma, o Estado brasileiro ao não promover o suporte social para a livre escolha reprodutiva das mulheres, com direito de optar por ser mãe ou não, sem qualquer discriminação de raça, renda, idade e religião, desonra seus compromissos com os direitos reprodutivos, afirmados na Conferência Internacional de População e Desenvolvimento, realizada no Cairo, Egito, em 1994 e na IV Conferência Mundial da Mulher, sediada em Pequim, China, em 1995.

Assim, é necessário o reconhecimento, por parte do Estado, da família e da sociedade, da legitimidade de toda a diversidade de maternidades possíveis. Em consequência, é importante que sejam criadas políticas públicas que assegurem não só a livre escolha entre ser mãe ou não, “mas também viver a maternidade em um contexto de respeito, proteção e exercício de seus direitos humanos” (MATTAR e DINIZ, 2012, p. 117).

Embora o modelo construído de “ideal de maternidade” não determine, por via de regra, a escolha de se tornar mãe ou não, ela define as características dessa escolha e dessa possível maternidade. A depender da legitimidade social desta relação familiar, ela terá mais ou menos suporte social, do Estado, do cônjuge, da sociedade civil e da família. Assim, há situações em que os “planos de vida” dessas mulheres se tornam incompatíveis com uma maternidade naquele momento, por falta de recursos materiais disponíveis.

Ao mesmo tempo, a prática do aborto é criminalizada pela lei e condenada moralmente em diversos espaços, fazendo com que a maior parte das mulheres que desejam não continuar com a gestação precise fazer um aborto inseguro, em ambiente inadequado e/ou sem orientação de profissional habilitado, além da presença com medo da clandestinidade (MENEZES e AQUINO, 2009).

Assim, o Estado e a sociedade falham em garantir a essas mulheres a possibilidade de escolha pela não maternidade ou que, caso desejem ser mães, poderão sê-lo livres de qualquer discriminação. Desse modo, devido à criminalização do aborto e à falta de suporte social para o exercício da maternidade, para algumas mulheres, como no caso de parte das entrevistadas, muitas vezes as opções se restringem a uma gravidez deslegitimada ou a um aborto ilegal e/ou clandestino.

## Referências

- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; MADEIRO, Alberto. Pesquisa nacional de aborto 2016. **Ciência & Saúde Coletiva**, v. 22, p. 653-660, 2017
- MATTAR, Laura Davis; DINIZ, Carmen Simone Grilo. Hierarquias reprodutivas: maternidade e desigualdades no exercício de direitos humanos pelas mulheres. **Interface-Comunicação, Saúde, Educação**, v. 16, p. 107-120, 2012
- MENEZES, Greice; AQUINO, Estela ML. Pesquisa sobre o aborto no Brasil: avanços e desafios para o campo da saúde coletiva. **Cadernos de saúde pública**, v. 25, p. s193-s204, 2009.
- MOTTA, Flávia de Mattos. Sonoro silêncio: por uma história etnográfica do aborto. **Revista Estudos Feministas**, v. 16, p. 681-689, 2008
- PANTOJA, Ana Lídia Nauar. " Ser alguém na vida": uma análise sócio-antropológica da gravidez/maternidade na adolescência, em Belém do Pará, Brasil. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 19, p. S335-S343, 2003
- PETCHESKY, R.P. On the unstable marriage of reproductive and sexual rights: the case for a trial separation. **Conscience**, Spring 2006.
- ROCHA, Maria Isabel Baltar da. A discussão política sobre aborto no Brasil: uma síntese. **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 23, n. 2, p. 369-374, 2006.
- SCAVONE, Lucila. Maternidade: transformações na família e nas relações de gênero. **Interface-comunicação, saúde, educação**, v. 5, p. 47-59, 2001
- VENSON, Anamaria Marcon; PEDRO, Joana Maria. Memórias como fonte de pesquisa em história e antropologia. **História Oral**, v. 15, n. 2, 2012
- VIANA, Priscila de Souza et al. **Gênero, poder e silêncio: um olhar antropológico sobre narrativas de aborto**. 2015